



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – PROPOSIÇÕES DE LEI

2 – ATAS

- 2.1 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 2.2 – 3ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 – Plenário
- 3.2 – Comissão

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – MANIFESTAÇÕES

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATA



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.933

Declara de utilidade pública a entidade Comunidade Católica Divina Misericórdia, com sede no Município de Divinópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Comunidade Católica Divina Misericórdia, com sede no Município de Divinópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.934

Declara de utilidade pública a entidade Comunidade Terapêutica do Triângulo, com sede no Município de Patrocínio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Comunidade Terapêutica do Triângulo, com sede no Município de Patrocínio.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.





Deputado Adalclever Lopes – Presidente
Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.935

Declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Caverna de Adulão – CTCA –, com sede no Município de Andradas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Caverna de Adulão – CTCA –, com sede no Município de Andradas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente
Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.936

Declara de utilidade pública a Escola de Treinamento de Missionários – Desafio Jovem ETM, com sede no Município de Pouso Alto.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Escola de Treinamento de Missionários – Desafio Jovem ETM, com sede no Município de Pouso Alto.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente
Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.937

Declara de utilidade pública a Associação Mãos Amigas – AMA-MG –, com sede no Município de São Lourenço.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Mãos Amigas – AMA-MG –, com sede no Município de São Lourenço.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente
Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.938

Declara de utilidade pública a Associação Centro de Convivência Espaço da Família – Accef –, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Centro de Convivência Espaço da Família – Accef –, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.939

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Prossiga – ABP –, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Prossiga – ABP –, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.940

Declara de utilidade pública a entidade Pontes de Amor, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Pontes de Amor, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.941

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Águas de Cristais – Ambac –, com sede no Município de Cristais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Águas de Cristais – Ambac –, com sede no Município de Cristais.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.942

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Educacional Comunitária El Shaddai – Abeces –, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Educacional Comunitária El Shaddai – Abeces –, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.943

Declara de utilidade pública a Associação Memorial Unida – AMU –, com sede no Município de Contagem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Memorial Unida – AMU –, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.944

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Nova Jerusalém, com sede no Município de Monte Azul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Nova Jerusalém, com sede no Município de Monte Azul.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.945

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Córrego das Palmeiras, com sede no Município de Santa Margarida.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Córrego das Palmeiras, com sede no Município de Santa Margarida.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.946

Declara de utilidade pública o Instituto Assistencial, Social, Recreativo e Educativo de Betim – Icase –, com sede no Município de Betim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Assistencial, Social, Recreativo e Educativo de Betim – Icase –, com sede no Município de Betim.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.947

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Sol Nascente, com sede no Município de Santa Luzia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Sol Nascente, com sede no Município de Santa Luzia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.948

Declara de utilidade pública o Clube de Mães Cantinho da Amizade, com sede no Município de Santa Luzia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Clube de Mães Cantinho da Amizade, com sede no Município de Santa Luzia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.949

Declara de utilidade pública a Associação Semente de Paz, com sede no Município de Coronel Murta.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Semente de Paz, com sede no Município de Coronel Murta.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.950

Declara de utilidade pública a Associação Assistencial Pão da Vida, com sede no Município de Passos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:



Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Assistencial Pão da Vida, com sede no Município de Passos.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.951

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro da Barra – ACBB –, com sede no Município de Elói Mendes.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro da Barra – ACBB –, com sede no Município de Elói Mendes.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.952

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família – Acsafa –, com sede no Município de Paraopeba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família – Acsafa –, com sede no Município de Paraopeba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.953

Declara de utilidade pública o Rotary Club de Cachoeira da Prata, com sede no Município de Cachoeira da Prata.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Rotary Club de Cachoeira da Prata, com sede no Município de Cachoeira da Prata.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.954

Declara de utilidade pública o Instituto Ambiental Cultural Social Nascentes das Águas, com sede no Município de Prata.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Ambiental Cultural Social Nascentes das Águas, com sede no Município de Prata.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.955

Declara de utilidade pública a Organização Social Popular e Ouvidoria Pública, com sede no Município de Santa Luzia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Organização Social Popular e Ouvidoria Pública, com sede no Município de Santa Luzia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.956

Declara de utilidade pública a entidade Casa Renovação, com sede no Município de Uberaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Casa Renovação, com sede no Município de Uberaba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.957

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Joá – Amjo –, com sede no Município de Lagoa Santa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Joá – Amjo –, com sede no Município de Lagoa Santa.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.958

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Santa Terezinha – Ambast –, com sede no Município de Manhuaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Santa Terezinha – Ambast –, com sede no Município de Manhuaçu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.959

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Tavares – ACT –, com sede no Município de Pará de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Tavares – ACT –, com sede no Município de Pará de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.960

Declara de utilidade pública a Associação Educadora Samuel Baker – Assesb –, com sede no Município de Santa Luzia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Educadora Samuel Baker – Assesb –, com sede no Município de Santa Luzia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.961

Declara de utilidade pública a entidade Casa Lar para Idosos Antônio Astone Marotta, com sede no Município de Dores do Turvo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Casa Lar para Idosos Antônio Astone Marotta, com sede no Município de Dores do Turvo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.962

Declara de utilidade pública a Associação Pé de Vento Correndo Para Vencer, com sede no Município de Varginha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Pé de Vento Correndo Para Vencer, com sede no Município de Varginha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 24 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.963

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Canta Viola, com sede no Município de Patrocínio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Canta Viola, com sede no Município de Patrocínio.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 25 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.964

Declara de utilidade pública a Associação Jesus Amigo, com sede no Município de Curvelo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Jesus Amigo, com sede no Município de Curvelo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 25 de fevereiro de 2016.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**ATAS****ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 25/2/2016****Presidência do Deputado Hely Tarquínio**

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Hely Tarquínio – Braulio Braz – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Douglas Melo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Fred Costa – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Isauro Calais – João Leite – Missionário Marcio Santiago – Nozinho – Wander Borges.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 14 horas, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 29, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/2/2016**Presidência dos Deputados Adalclever Lopes e Hely Tarquínio**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.173/2016, discurso do deputado Gustavo Corrêa; encerramento da discussão; discurso do deputado Cabo Júlio; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; aprovação – Declaração de Voto – Requerimento do Deputado Rogério Correia; deferimento; discurso do Deputado Rogério Correia – Questões de Ordem – Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.173/2016; aprovação – Requerimento do deputado Gustavo Corrêa; deferimento; discurso do deputado Gustavo Corrêa – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauo Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Noraldino Júnior – Nozinho – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 9h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**Ata**

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)**2ª Fase**

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.173/2016, do governador do Estado, que fixa os efetivos da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – e do Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais – CBMMG – no período de 2016 a 2019. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa – Um bom dia a todos os senhores e senhoras. Subo a esta tribuna para discutir o Projeto de Lei nº 3.173/2016, de autoria do governador do Estado de Minas Gerais. Já comunico a cada um dos senhores e das

www.almg.gov.br Página 12 de 32



senhoras que não usarei o tempo a que tenho direito, mas queria apenas fazer algumas considerações, porque sobretudo o público que nos acompanha das galerias e pela TV Assembleia precisa ser informado.

Em primeiro lugar, destaco que a matéria chegou a esta Casa no dia 18/12/2015; porém, deputado Sargento Rodrigues, a Mensagem nº 118/2016, do governador, foi publicada no *Diário do Legislativo* apenas no dia 4/2/2016.

E, na última semana, fomos surpreendidos com uma ânsia da base governista de aprovar esse projeto ainda na semana que passou, dizendo que o governo tinha urgência, dizendo da sua importância.

Mas esse governo dá demonstrações claras mais uma vez, deputado Bonifácio Mourão, de que não tem planejamento e, muito menos, organização porque, no mesmo dia 17 de fevereiro, esse projeto recebeu mais uma emenda em Plenário, por meio de uma mensagem do governador do Estado de Minas Gerais. E essa tem sido uma prática constante em todos os projetos que o governador encaminha a esta Casa. O governador elabora, por meio da sua assessoria técnica, um projeto, o encaminha a esta Casa e, durante toda a sua tramitação, vem recebendo emendas e sofrendo mudanças. Isso demonstra mais uma vez a desorganização desse governo, que não planeja, não organiza as suas ações, não prioriza aquilo que a sociedade deseja. Foi assim com o projeto dos depósitos judiciais, que a oposição combateu aqui; foi assim com o aumento do ICMS; foi assim com o reajuste dos servidores da educação; agora é com esse projeto, que fixa os efetivos da Polícia Militar do nosso Estado. E tenho a certeza de que, enquanto estiver no poder, os outros projetos também tramitarão da mesma forma.

Mas vou conceder aparte ao nobre deputado Bonifácio Mourão e citarei dois pontos que considero de suma importância, para que V. Exas. votem de forma consciente na manhã de hoje. Concedo aparte ao deputado Bonifácio Mourão.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado Gustavo Corrêa, V. Exa. está fazendo uma abordagem, mais uma vez, muito importante, mas me chamou a atenção sobremaneira a fala de V. Exa. sobre esse governo, que não tem planejamento nem organização e entrou com uma emenda ao seu próprio projeto, como sempre vem fazendo.

Mas o interessante é que ontem, neste mesmo Plenário, dois deputados da base do governo disseram que nós, da oposição, estamos obstruindo, estamos protelando a aprovação desse projeto, porque apresentamos uma emenda que beneficia os servidores, de modo geral. É bom que se registre isso. Por que, então, a emenda do governador não é obstrução e a nossa emenda é obstrução? Qual é a diferença? Se nós, deputado Gustavo Corrêa, sob a sua liderança, quiséssemos obstruir, utilizaríamos instrumentos regimentais de obstrução, que dão 1 hora a cada deputado, e todos iriam à tribuna, com certeza. Mas nós não queremos obstruir; ao contrário, queremos aprovar o projeto, e o fizemos ontem, em 1º turno. Agora vamos aprová-lo também em 2º turno e buscar a unanimidade.

Agora, quem está na verdade obstruindo é o próprio governo. Por quê? Porque esse projeto de promoção de soldado a cabo já está previsto em lei complementar: se ele atingiu oito anos e não há problema maior na sua folha de serviço, é promovido. Aí é que seria o verdadeiro recurso protelatório.

Então nós estamos aqui para votar favoravelmente ao projeto, mas não podemos aceitar que se alegue que a oposição está obstruindo, está protelando; ao contrário, a oposição está contribuindo, reconhece o mérito dos policiais; por isso vota favoravelmente ao projeto.

O deputado Gustavo Corrêa – Parabenizo V. Exa., deputado Bonifácio Mourão. V. Exa. disse muito claro que existem determinados parlamentares que gostam de dizer que a oposição procura, de alguma forma, obstruir os trabalhos deste Plenário, mas se esquecem sobretudo do passado, quando, muitas vezes de forma irresponsável e se deixando levar pela emoção partidária, se utilizaram de mecanismos regimentais para impedir a votação de projetos de suma importância para os mineiros.

V. Exa. sabe muito bem, e sobretudo o público que nos acompanha, que em todos aqueles projetos que são bons para Minas Gerais a oposição tem contribuído dando sugestões, e em momento algum impediu que tramitassem na Casa e fossem aprovados.

Poderíamos ficar enumerando os erros deste governo, mas a oposição não o faz. Está presente, como V. Exa. bem disse. Poderíamos inscrever os 20 deputados da oposição para aqui falar durante uma hora, mas não o faremos porque sabemos da importância que esse projeto tem, sobretudo para os que compõem o quadro da Polícia Militar.

Depois que eu conceder aparte ao deputado Felipe Attiê, farei um comentário que demonstra a irresponsabilidade e a falta de respeito deste governo para com o cidadão, porque o governador do Estado, para cumprir os compromissos que fez durante a campanha, para continuar tendo uma base majoritária nesta Casa, foi obrigado a criar cargos. Agora, quando precisa cortá-los, ele corta é no custeio, sobretudo na segurança pública e na saúde, mas cortar secretarias, isso esse governador não fez. Esse governador também não cortou os jetons. Acho que cabe a este governo a responsabilidade. Este governo foi eleito e deve ter responsabilidade, coisa que não vem ocorrendo.

Minas Gerais encontra-se em situação caótica, muitos parlamentares aqui gostam de fazer críticas às gestões passadas, mas o governo que antecedeu este governo foi um governo reconhecido, tomou medidas e ações que os mineiros esperavam, governo que tanto eu como os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bonifácio Mourão, Felipe Attiê, Antônio Carlos Arantes, Gustavo Valadares, Gil Pereira, deputada Ione Pinheiro e outros tantos defendemos porque acreditamos e continuamos a acreditar que é e foi o melhor governo que Minas Gerais teve nos últimos tempos.

Os governos Aécio, Anastasia e Alberto Pinto Coelho cortaram na máquina pública quando foi preciso, cortaram o número de secretarias quando foi preciso, e assim o fizeram, mas mantiveram a responsabilidade e pagaram o salário dos servidores, durante todo esse tempo, no quinto dia útil, coisa que este governo não faz. E a emenda que a oposição apresentou, que não foi acolhida pela Mesa da Assembleia, dizia exatamente o que acabei de afirmar: que o governo teria a obrigação de pagar a todos os servidores do Estado até o quinto dia útil. Isso está previsto na Constituição, mas este governo não cumpre nem o que está previsto na Constituição da Federação. É uma irresponsabilidade, já não basta o que o partido do governador fez em âmbito federal sucateando a Petrobras, e todos os dias estamos acompanhando e vendo operações como a Lava-jato e as coisas chegando e se aproximando do ex-presidente da República e, agora, da presidente atual, porque ficou comprovado o caixa dois em sua campanha.

Hoje o ministro Gilmar Mendes, de forma muito responsável, afirmou que o TSE tem de analisar os documentos desta fase da operação, que comprovam exatamente a prática do crime de caixa dois.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) – Muito obrigado, nosso líder, deputado Gustavo Corrêa, estou ouvindo atentamente a manifestação de V. Exa. Realmente, estamos aqui para votar esse projeto. Nós, da oposição, estamos acompanhando vigilantes. Em todas as ações importantes para Minas, nunca o nosso bloco se furtou a participar. Aliás, tem sido realmente um constante debate por todos os membros do nosso bloco, trazendo contribuições importantíssimas, a exemplo de V. Exa., que sempre está nessa tribuna demonstrando nossa preocupação na construção de projetos que porventura precisem ser aprimorados, a exemplo desse projeto dos militares que estamos por votar, importante tarefa em que temos algo com que contribuir. Essa emenda, como V. Exa. lembrou, visa ao aperfeiçoamento, à defesa e ao restabelecimento a todos os nossos funcionários e servidores do Estado de um direito legal, que todos já têm, o pagamento de seus salários.

Lamentavelmente a Mesa não recebeu essa emenda, mas, mesmo assim, estamos aqui para votar. Temos dado nossa contribuição. Estamos vendo quantas atrapalhadas estão ocorrendo em vários projetos. Não temos uma segurança de governabilidade, que traz a todos saúde, segurança pública e educação.

Quero dizer, mais uma vez, da presença do nosso bloco neste Plenário em todos os momentos em que se faz necessário, principalmente para enriquecer os debates. Estamos acompanhando as audiências públicas e aqui estamos, nesta manhã, para votar um projeto que entendemos de grande importância para todos os militares do nosso Estado, da nossa gloriosa e respeitada Polícia Militar. Parabéns!

O deputado Gustavo Corrêa – Agradeço as suas palavras, deputado Dalmo Ribeiro Silva, e quero dar o testemunho do trabalho que V. Exa. vem realizando não apenas neste Plenário, mas sobretudo nas comissões, em prol de todos os mineiros



e, principalmente, da região que tão bem defende, que é o nosso Sul de Minas. Parabéns a V. Exa. pela forma como conduz seus inúmeros mandatos nesta Casa.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) – Sr. Presidente, votei favoravelmente ao projeto relativo à promoção automática da carreira militar, em que o soldado passará a cabo. Isso não tem muito segredo, é uma coisa simples e não há motivo para obstruir uma questão dessas. Mas temos de ressaltar uma coisa: fala-se em cortar despesas, diz-se que não há dinheiro, mas saibam os senhores e as senhoras que estão em casa e toda a população de Minas Gerais que essa promoção de soldado para cabo aumentará o salário dos militares em 25%. Isso significa que o Estado, no final do mês, terá de pagar um salário maior quando essa promoção for efetivada. A folha de pagamento está crescendo, e aí vemos um governo perdido no baile, um governo que fala em reforma administrativa no segundo ano de mandato, em meio a eleições municipais.

Sr. Pimentel, V. Exa. tem de entender de política; não é possível que não entenda até hoje. V. Exa. tem um prazo para fazer as coisas. No Brasil, existem eleições de dois e dois anos, então V. Exa. tinha de ter feito a reforma administrativa, tomado pé do Estado. Eu, que sou um novato, cheguei aqui cheirando a fralda, estudo o orçamento de Minas Gerais, tomo a execução orçamentária de 2014, 2013, 2012, leio tudo e vejo que a receita está caindo e que o Estado vai para o buraco. Sou economista, mas sou novato. V. Exa., que se aventurou a ser candidato ao governo do Estado de Minas Gerais e a governá-lo, não sabe disso? V. Exa. só conseguiu pagar os salários no ano passado porque assaltou os depósitos judiciais, passou a mão no dinheiro de terceiros para pagar a conta. V. Exa. já teve um déficit, no ano passado, de 8,9 bilhões, confessados, mais os 5 bilhões – V. Exa. pegou quase 14 no ano passado. Neste ano não há depósito judicial, V. Exa. já queimou o dinheiro, então, o que vai inventar? Esse déficit de V. Exa. pode chegar, se continuar prometendo aumento sem dinheiro, fazendo uma série...

O deputado Gustavo Corrêa – Só lembrar: fora a folha de janeiro, que o governo passado deixou em caixa para fazer o pagamento.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) – É verdade. Então, o senhor não viu? Será que o governador Alberto Pinto Coelho vinha cortando tudo? A receita de Minas, em 2014, cresceu 2,6%; antigamente, em 2013, cresceu 8%; em 2012, 10%. Será que o senhor não viu? O senhor era ministro do Desenvolvimento Econômico; o senhor está colhendo o que plantou com o Guido Mantega e a D. Dilma, para ganhar uma eleição. Será que o senhor não viu, quando assumiu o governo, ou será que as promessas foram desmedidas, mentirosas, para ganhar a eleição, ou seja, redução de impostos e aumento generalizado de salários?

O Estado está numa situação grave. A partir de maio, mudará o escalonamento, atrasará ainda mais o salário dos servidores estaduais e, depois, no segundo semestre, sem o recebimento de IPVA, só Deus sabe como será pago. Estamos avisando isso aqui, e vemos que esse secretário de Planejamento é muito desorientado. Primeiro, colocou um médico na função de economista; segundo, esse médico parece que pega tudo o que é pepino e bomba para pagar; tem 500 forças-tarefa; ele é desorientado, não vem à nossa Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; foge, não presta contas.

Na verdade, esse governo está perdido. Esse enxerto do PMDB com o PT não dá certo. Não tem mando, não tem comando, não tem experiência administrativa, não tem gestão.

Já estou muito velho. Depois de 23 anos de mandato, 5 como vereador em Uberlândia, secretário, chefe de gabinete e assessor do prefeito Paulo Ferolla, secretário do Odeldo Leão, vereador por 5 mandatos, ordenador de despesa da câmara municipal, enfim, tantos anos observando a política. O senhor já perdeu o *time*, está perdendo o tempo. O governo do senhor está fazendo água. Minas Gerais está numa situação difícil. Não é um governo competente para o tamanho da crise, que o senhor disse que é a maior dos últimos 30 anos. Não, é a maior da história da República. Desde que se fundou a República, não há outra crise maior que essa. Estamos na iminência de um processo depressivo, de um processo de recessão, se ano que vem se confirmar novamente o PIB negativo. Quer dizer, três anos de PIB negativo não existem na história econômica deste país.



A situação é grave, sim. A economia central de Minas, que é importante, incluindo Fiat, siderurgia e mineração, está derretendo, desaparecendo, com dificuldades. O governo não tem nenhum plano de salvação. O que faz o governo? Aumenta os impostos para espantar as empresas. Aumenta os impostos para pagar a promoção dos policiais, que estamos votando aqui hoje, porque a despesa não para de crescer. Mas a sociedade não aguenta mais isso. Vamos ter um processo grave de desemprego, e o pior, com a inédita junção de inflação, recessão e desemprego, porque, se havia recessão, não era para ter inflação. Em qualquer lugar do mundo é assim: no Japão, nos Estados Unidos, na Europa. Aqui ainda tem uma inflação altíssima, de 1,4% ao mês, causada pelo próprio governo. E a inflação vai continuar crescendo, ou eu não tenho dito aqui desde o ano passado: o PT vai explodir o Plano Real? O PT, com essa banda de economistas da UNB que está no Banco Central, vai arrebentar com o esforço fiscal dos anos 90. Vão detonar tudo. Esse senhor ministro da Economia não tem responsabilidade, não sabe o que faz, não gera confiança no mercado. E a senhora presidente virou propagandista de campanha contra a mosquita da dengue, e, acima de tudo, correndo de um *impeachment*, correndo da falta de credibilidade. E o Brasil afundando, como nenhum outro país, exceto a Venezuela. Nenhum país, com exceção da Venezuela, afunda mais que o nosso Brasil neste momento na economia mundial.

É lamentável, Gustavo! Não estamos obstruindo nada. Esse é um projeto simples, que aumenta a despesa do Estado de Minas Gerais, que promove o que é de direito da carreira militar, aumentando em 25% os gastos quando o sujeito passa de soldado para cabo. Como todos os projetos que votamos aqui, cria despesa e o governo vai ter de pagar.

Retorno a palavra a V. Exa., dizendo que este governo me preocupa; diante de tamanha crise, a sua vontade de governar. Esses cortes que o governador fez, Gustavo, é *marketing* político, é satisfação para dar à imprensa e à sociedade. Não tem corte nenhum. Desses 2 bilhões, ele não vai conseguir cortar mais que 300, 400 milhões, na verdade. Ele está cortando o que não ia gastar, o que não existe. Ele está cortando vento, como diria a nossa presidente. Não é estocando, é cortando vento. Você já viu alguém cortar vento? É o Pimentel cortando despesa em Minas Gerais até agora. Não manda uma reforma de redução de cargos e de secretarias, nunca mandou. Daqui a uns dias estará no meio do mandato e está falando em fazer reforma administrativa. Quando o senhor vai governar? Quando o senhor vai dar uma linha para Minas Gerais? Quando o senhor vai ser proativo para resolver esses problemas que citei, do fracasso da economia central e das demais economias mineiras, que são divididas em 10 áreas, para que possamos recuperar Minas Gerais? Não tenho visto nada disso. A equipe de secretários é fraca. Pessoas que não enxergam atrás do formigueiro, não enxergam lá na frente, não veem nada, não têm rumo para apontar, não têm liderança, não sabem para onde ir. São fracos e vão afundar Minas Gerais, como já o fez o Sr. Pimentel, quando foi ministro de Desenvolvimento da Dilma. Um ministro pequeno, ficava preocupado em fazer outras coisas no BNDES e em outros lugares em vez de resolver os problemas da economia nacional.

É vergonhoso! Este é o País dos incompetentes, dos que pouco sabem, dos que não têm certeza, dos achismos, dos políticos que falam o que o povo quer ouvir, que só prometem benefícios.

Devem andar com uma mala e um baú de dinheiro para distribuir à população. Foram esses que quebraram o Brasil e vão quebrar muito mais com fome, desemprego e miséria. Mas eu estarei aqui junto com a oposição para mostrar que essas pessoas estão erradas. O tempo é o senhor da razão, e é ele quem vai dizer se tenho ou não razão, deputado Gustavo Corrêa. Muito obrigado.

O deputado Gustavo Corrêa – Parabenizo sua fala, deputado Felipe Attiê e já comunico a V. Exa. e aos demais deputados que compõem o bloco de oposição que na próxima quinta-feira o secretário Helvécio Magalhães estará na Comissão de Administração Pública às 10 horas da manhã para tentar explicar o inexplicável. Já comunicamos isso ao líder do governo, para que o secretário venha com as informações, preparado para ser questionado e indagado.

Já vamos caminhar para a votação, mas eu tinha prometido aparte ao deputado Fabiano Tolentino. Peço que seja breve para que possamos dar início à votação.

O deputado Fabiano Tolentino (em aparte) – Muito obrigado, deputado Gustavo Corrêa. Presidente, companheiros deputados e deputadas, serei breve, mas gostaria de dizer, primeiramente, que sou favorável ao projeto. Votei favoravelmente www.almg.gov.br Página 16 de 32



ontem e hoje votarei novamente. Temos de estar sempre à disposição para ajudar em tudo o que for favorável à polícia. A criminalidade na região Centro-Oeste cresce a cada dia, principalmente na zona rural. Meu pai é produtor rural, e hoje está muito difícil morar na zona rural. Há 15 dias mataram o presidente da Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Divinópolis em um assalto na comunidade rural do Choro. Estamos muito preocupados. Já fomos ao novo comandante, Carvalhais, e ele nos falou da possibilidade de colocar viaturas rurais na região. Isso é muito importante. Gostaria de deixar essa mensagem para trabalharmos mais no intuito de proteger a zona urbana, que é muito importante, mas também as comunidades rurais que hoje se veem à mercê da bandidagem e da criminalidade.

Outro ponto que eu gostaria de destacar diz respeito à inauguração do Colégio Tiradentes em Divinópolis, no final do ano passado. Realmente, foi um fato excelente para a cidade, de importância generalizada para nossa região. Ter um Colégio Tiradentes no Centro-Oeste é muito bom. A vida inteira, desde que eu era vereador, vínhamos buscando isso, juntamente com o deputado Jaime Martins e o deputado Domingos Sávio. Mas o fato que me chamou a atenção foi que no dia estávamos presentes eu, o deputado Jaime Martins e o deputado Domingos Sávio, mas o comandante da PMMG, Cel. Bianchini, não foi capaz de mencionar a presença do deputado Domingos Sávio e do deputado Fabiano Tolentino na sua fala. Isso me causou estranheza, por eu representar o Estado, por eu ser o deputado mais votado do Centro-Oeste e de Divinópolis, com quase 25 mil votos. Acho que foi uma questão de educação, de princípio, de berço. Ficaria bravo também se os outros deputados que estavam lá não tivessem sido citados. É uma formalidade que o governo tem que ter. O deputado Domingos Sávio falou isso com ele, porque ficou bastante chateado. A polícia do 23º Batalhão de Divinópolis ficou chateada, mesmo porque temos uma amizade que vai além de governos. No governo passado já tínhamos uma entrada muito boa na polícia, assim como temos neste governo. Os governos vão passar, o comando vai passar, mas a instituição vai permanecer. Então queremos deixar aqui essa declaração, porque ficamos muito tristes. Estávamos lá prestigiando, talvez não o comando, mas o ato em benefício da cidade de Divinópolis e não fomos nem citados na fala do comandante, em momento algum. Nesta Casa o orçamento foi aberto com um pedido meu ao deputado Tiago Ulisses, o de abrir a janela para que fizéssemos um orçamento para o Colégio Tiradentes. O comando da polícia não sabe disso. Ou seja, falta informação. Parece que o governo está perdido, e achei um ato de falta de educação. Espero que o governo tenha mais atenção. É nosso papel estar junto, mas ficamos tristes quando somos esquecidos por parte do governo. Essa é a minha fala. Temos de prestar mais atenção nessa questão da consideração, porque existem essas falhas de governo, o que não deveria ocorrer. No meu modo de entender, a não citação da nossa pessoa e do deputado Domingos Sávio foi uma falha grave, realmente nos colocando de lado perante a população de Divinópolis, da qual gosto muito, onde estamos sempre trabalhando em prol da comunidade. Então faço minha fala nesse sentido, da não comunicação do comandante-geral da polícia falando da presença minha e do deputado Domingos Sávio no dia da inauguração do Colégio Tiradentes em Divinópolis.

Muito obrigado. Sou favorável e votarei favoravelmente. Podem contar sempre comigo para o que for melhor para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros. Estaremos sempre favoráveis, deputado Gustavo Corrêa. Parabéns pelas palavras.

O deputado Gustavo Corrêa – Tenho certeza, deputado Fabiano Tolentino, de que V. Exa. tem a solidariedade de todos os deputados que aqui se encontram. As instituições são eternas, e as pessoas que as compõem são passageiras. Tenho certeza de que, naquele momento, V. Exa., independentemente de ser majoritário na cidade, estava representando a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, um dos Poderes do Estado. V. Exa. com certeza tem todos os motivos para fazer esse questionamento. Espero que a Mesa da Casa chegue ao comandante-geral para que ele dê uma satisfação a V. Exa.

Quero concluir para podermos votar esse projeto, mas ainda quero apresentar dois motivos que nos preocupam e demonstram claramente que este governo não tem responsabilidade e muito menos respeito com o cidadão, deputado Bonifácio Mourão. O deputado Fabiano Tolentino citou agora um episódio, em que foi assassinado um determinado presidente de sindicato, e o comandante da polícia da região determinou novas viaturas rurais. Contudo, na última segunda, o secretário



Helvécio Magalhães anunciou um corte, isso é, medidas pelas quais não esperávamos, já que o que esperávamos era corte na máquina pública, corte em cargos. O governador cortou no custeio da segurança pública e da saúde.

A Polícia Militar não terá gasolina para rodar nem armamento para combater bandidos, porque este governo é irresponsável e não tem respeito pelo cidadão. Se tivesse, não teria anunciado os cortes da forma como anunciou. O deputado Sargento Rodrigues é um conhecedor da causa e pode nos orientar. O pior de tudo é que ouvi do secretário Helvécio Magalhães que o instituto de previdência da Polícia Militar é superavitário, o que para mim foi o ápice da falta de conhecimento da máquina pública.

Se o governador tivesse respeito pela Polícia Militar, teria encaminhado esse projeto anteriormente à data em que aqui se encontra. Ele já deveria ter chegado a esta Casa desde o ano passado, para que pudesse ser votado. E mais, se o governador assim não o fez por incompetência daqueles que o assessoram, eles deveriam, sim, ter acolhido e pedido o regime de urgência que aqui foi solicitado pelo deputado Sargento Rodrigues, para que os prazos regimentais fossem diminuídos pela metade. Mas este governo não tem respeito com a população mineira e continua gastando para criar novos cargos. O governador não fez nenhum corte nos cargos comissionados. Não é este parlamentar, deputado Bosco, que afirma isso. Na verdade, foi o governo que nos respondeu por meio de um requerimento que se firma na lei de informação.

Concluo minhas palavras dizendo que o bloco da oposição está presente e unido para votar esse projeto. Mais uma vez vamos dizer a V. Exa., presidente Adalclever Lopes, que lamentamos que a Mesa ontem não tenha acolhido a emenda apresentada pela oposição. Agora solicitamos que a Mesa, por meio de sua assessoria, sob a liderança do Sr. Carlos Navarro, dê o mesmo tratamento a todas as emendas que chegarem aos projetos em tramitação. Não podemos ter dois pesos e duas medidas. Se o governo tivesse a responsabilidade que esperamos e para a qual foi eleito, estaria pagando os salários no quinto dia útil; mas ele não o faz e nem o fará, porque não toma as medidas necessárias para reduzir a máquina pública. Aliás, é a praxe do partido que se encontra nos governos estadual e federal. A praxe é criar cargos para alojar seus companheiros políticos.

Ainda ontem – vou pedir licença para não citar o nome –, recebi, deputado Dalmo Ribeiro Silva, um cartão de um ex-parlamentar, assessor do assessor do assessor institucional. O cartão tratava de tantas coisas que as palavras nem cabiam direito nele. Mencionado assessor está lotado numa empresa do nosso estado e possivelmente com bom salário. Não estou aqui discutindo a competência dele, mas, se o governo tivesse responsabilidade, estaria cortando esse tipo de coisa.

O senador Aécio Neves é muito criticado por alguns parlamentares, mas chegou ao governo do Estado em 2003, deputado Bonifácio Mourão e deputado Antônio Carlos Arantes, e cortou na raiz, cortou várias secretarias. Posso dizer que indiretamente fui prejudicado, porque, naquela eleição, este parlamentar ficou como primeiro suplente. Este governador chamou até o sexto suplente, para aumentar sua base nesta Casa. Aécio Neves teve responsabilidade e, para não colocar companheiro político, cortou os cargos públicos.

Espero que, no dia 13, sob a liderança dos partidos de oposição, todos nós estejamos nas ruas para mostrar ao governo federal que os brasileiros estão cansados dessa roubalheira e desse desgoverno que impera no País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cabo Júlio.

O deputado Cabo Júlio* – Sr. Presidente, bom dia a todos e a todas. É muito rápido. Fiz questão de pedir a palavra para agradecer aos deputados tanto da base quanto da oposição. Todos foram solícitos ontem e nos ajudaram a votar, nos ajudaram a dar quórum. Então, a minha palavra para todos é apenas de agradecimento. Obrigados a todos. Vamos votar agora o projeto em 2º turno, para que amanhã o ato de promoção dos colegas possa ser feito. Muito obrigado a todos.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência



solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Wilson Batista – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio de Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Vítor Xavier – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Noraldino Júnior – Nozinho – Professor Neivaldo – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O deputado Inácio Franco – Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Elismar Prado – Sr. Presidente, registre o meu voto “sim”, por favor.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 48 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.173/2016 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Declaração de Voto

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero, da mesma forma, agradecer a todos os deputados e deputadas a aprovação do substitutivo. Quero ressaltar que ontem, na Comissão de Administração Pública, o relator da matéria, o deputado Cabo Júlio, acolheu a nossa emenda, a emenda que põe fim a uma interpretação equivocada do Comando da Polícia Militar de Minas Gerais, que, sobre esse aspecto, foi mal assessorado. A emenda que foi aprovada no substitutivo tem o seguinte teor: “Acrescente-se onde convier: Artigo: “O soldado de 1ª classe candidato à promoção por tempo de serviço deverá satisfazer as condições para promoção na data em que completar oito anos de efetivo serviço. Parágrafo único. O comandante-geral da Polícia Militar e o do Corpo de Bombeiros Militar deverão promover o soldado à graduação de cabo, por tempo de serviço, independente de vaga e frequência de curso específico”. Na verdade, deputado João Leite, novamente tive que escrever o óbvio para o governo do Estado e para o Comando da Polícia Militar, mas, felizmente, aprovamos o projeto. Ano que vem não haverá absolutamente nenhuma desculpa para o Comando dizer que não promoveu o servidor porque não havia clareza na lei, sabendo ele que a lei tem agora um comando jurídico muito claro e cristalino. Portanto é mais uma vitória. Esperamos que S. Exa. o governador do Estado não venha vetar talvez o trecho mais importante desse projeto de lei que acabamos de aprovar. Novamente, deputado João Leite, os deputados do bloco de oposição se fizeram presentes, foram coerentes, votaram ontem a favor e hoje também. Mais uma vez deram demonstração clara de que, quando o assunto é bom para Minas Gerais, bom para o povo mineiro e bom para os seus servidores públicos, o bloco de oposição será sempre verdadeiro e coerente; sempre estará aqui para apoiar os bons projetos, independentemente se o projeto vem do governo do PT ou não. Nós, do bloco de oposição, fazemos oposição verdadeira e coerente, deputado João Leite; coerente com os interesses maiores do povo de Minas Gerais. Encerrando minha fala sobre essa matéria, quero ressaltar que ontem o secretário Helvécio Magalhães, o chamado secretário de Planejamento e Gestão... Não sei qual é o planejamento que ele apresentou até hoje; até agora não veio a público dizer qual foi o seu planejamento para o povo de Minas Gerais. O cidadão, deputado João Leite, está indignado. O povo de Minas Gerais está revoltado. Apenas da segurança e da saúde foram cortados mais de R\$500.000.000,00. Imagine você, que é um cidadão mais humilde, que depende da saúde pública, como está se sentindo neste momento sabendo que o governo cortou quase R\$200.000.000,00 apenas da saúde? Foram R\$360.000.000,00 da segurança pública. E ainda temos de ouvir o secretário Helvécio Magalhães dizer que o Instituto de Previdência dos Servidores Militares tem excesso de orçamento e arrecadação. Como diria o senador Magno Malta: “Oh, mamãe, me acode! Me acode, mamãe!”. Eu não posso continuar ouvindo besteira tamanha, como foi dita. Se, em Minas



Gerais, um secretário de Estado, um secretário dos mais importantes da estrutura do governo, que é o secretário de Planejamento e Gestão, diz publicamente que o Instituto de Previdência é superavitário, que tem excesso de orçamento e de arrecadação, olha, mamãe, me acode! Esse secretário não faz planejamento nem gestão das finanças da casa dele quanto mais do Estado de Minas Gerais. Parabéns a todos que votaram favoravelmente à emenda. Certamente, deputado João Leite, essa emenda vai dirimir qualquer tipo de interpretação, que, no direito, chamamos de interpretação *in malam partem*, para prejudicar o soldado em sua promoção.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Vem à Mesa requerimento do deputado Rogério Correia em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 20 minutos. Com a palavra, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia* – Presidente, deputado Hely Tarquínio, solicitei a palavra pelo art. 70 para, como líder da Bancada do PT e do Bloco Minas Melhor, expressar a minha opinião sobre o momento político nacional, que julgo muito grave.

Queria começar lendo um artigo do Luís Fernando Veríssimo, publicado no jornal *O Globo*. Luís Fernando Veríssimo é um escritor famoso e escreve no jornal *O Globo*, que, todos sabemos, não é um jornal de esquerda, mas ele chama a atenção para este momento da vida nacional por que passamos. (– Lê:)

“Às vezes imagino como seria ser um judeu na Alemanha dos anos 20 e 30 do século passado, pressentindo que algo que ameaçava sua paz e sua vida estava se formando, mas sem saber exatamente o quê. No filme *2001 — Uma odisseia no espaço*, astronautas descobrem, na Lua, um misterioso monólito, de origem desconhecida. Depois, fica-se sabendo que o monólito fora posto ali como uma espécie de alarme. Quando exploradores da Terra o descobrissem, seria o sinal de que nossa civilização tinha os meios para invadir o espaço e se tornar uma ameaça para as civilizações extraterrenas. A descoberta do monólito era um aviso: atenção, a barbárie vem aí, disfarçada de conquista científica.

Às vezes imagino como seria ser um judeu na Alemanha dos anos 20 e 30 do século passado, pressentindo que alguma coisa que ameaçava sua paz e sua vida estava se formando, mas sem saber exatamente o quê. Esse judeu hipotético teria experimentado preconceito e discriminação na sua vida, mas não mais do que era comum na história dos judeus. Podia se sentir como um cidadão alemão, seguro dos seus direitos, e nem imaginar que em breve perderia seus direitos. E a pregação nacionalista e as primeiras manifestações fascistas deixariam de ser um distúrbio passageiro na paisagem política do que era, afinal, uma sociedade em crise.

O ponto de reconhecimento da ameaça não era tão evidente como o monólito do filme *2001 – Uma odisseia no espaço*. Muitos não o reconheceram e morreram pela sua desatenção à barbárie que chegava. A preocupação em reconhecer o ponto pode levar a paralelos exagerados, mas há algo difuso se aproximando nos céus do Brasil, à espera de que alguém se dê conta e diga: “Epa, precisamos detê-lo”. Precisamos urgentemente desse 'epa'. Pessoas trocando insultos nas redes sociais, autoridades e ex-autoridades sendo ofendidas em lugares públicos, uma pregação francamente golpista envolvendo gente que você nunca esperaria, uma discussão aberta dentro do sistema jurídico do País sobre limites constitucionais do poder dos juízes... Epa, pessoal, se está faltando um monólito para nos avisar quando chegamos ao ponto de reconhecimento irreversível, proponho um: o momento da posse do Eduardo Cunha na presidência da Nação, depois do afastamento da Dilma e do Temer.”

Esse texto foi assinado por Luís Fernando Veríssimo. Incluo nesse texto a histeria da oposição nesta Casa e, de maneira geral, no Brasil, seguindo o exemplo da histeria aecista no Congresso Nacional. A trama do golpe é evidente. Eduardo Cunha, esse, sim, ladrão confesso e corrupto há muito tempo, permanece na presidência da Câmara sob os olhares atônitos do STF e sob os olhares complacentes do Ministério Público, que prefere a perseguição a um operário que governou o Brasil e dividiu rendas, um metalúrgico, um peão que veio do Nordeste e que teve a ousadia de permitir que negros e pobres participassem da vida política brasileira e comesçassem a esmigalhar direitos que nunca tiveram na história deste país. O presidente Lula dividiu renda, permite e permitiu que pobres viajem de avião; que uma empregada doméstica tenha a sua



carteira assinada e a sua dignidade; que o seu filho possua um carro e que o filho do peão, aquele que constrói os prédios, possa se assentar no banco da universidade.

Esse foi o verdadeiro crime que o Lula cometeu. O crime contra as elites brancas e preconceituosas deste país, que batem panelas cheias de comida quando um partido que lutou pela liberdade contra a ditadura, contra o neoliberalismo e dividiu renda no País vai falar na televisão. Luís Fernando Veríssimo tem toda a razão, é hora de dizer “epa!”, aquele “epa!” que não foi dito na Alemanha de Hitler e que depois os judeus e tantos outros vieram sofrer. Esse texto diz tudo e o Ministério Público, o juiz Moro, sempre de gravata preta e camisa preta – será coincidência a maneira que ele veste ser a mesma daqueles que perseguiram os judeus na Alemanha? -, aquele que atropela a Constituição, que faz o que quer. E a política do ódio invadindo permanentemente os nossos lares, seja por meio da imprensa golpista, seja por meio de parlamentares que, digo e repito, históricos, sempre atacam um partido político como se fossem os arautos da moralidade. Esses partidos são arautos da moralidade? Como foram feitas as campanhas políticas da oposição a Lula e Dilma? Como foi feita a campanha de Alckmin, de Serra, de Aécio Neves, senão com as mesmas empreiteiras e os mesmos mecanismos que, infelizmente, estão na política eleitoral brasileira? E agora isso vai se modificar com o voto do PT contrário ao financiamento privado de campanha e financiamento de empresa. Esses partidos, notadamente o PSDB, teimam em permanecer porque são blindados. Contra Aécio Neves, nada pode ser investigado. Ou ele não obteve recursos, que sabemos, também da Andrade Gutierrez, que, aliás, se apoderou da Cemig na época em que ele era governador? E todos sabem como se deu essa campanha e essa relação dele com a Andrade Gutierrez e que Moro não quer investigar. Esses arautos da moralidade são moralistas sem moral. Fernando Henrique Cardoso tem a coragem de abrir a boca para falar do presidente Lula, mas tem o rabo preso. Senta-se no enorme rabo para falar do rabo dos outros. Mas, em relação a isso, a imprensa se cala, e se cala porque tem intenções. Calam-se como se calaram muitos democratas com medo do socialismo na Alemanha na época de Hitler. E deram condições para que judeus fossem perseguidos como muito bem lembra Luís Fernando Veríssimo. *2001, Uma Odisseia no Espaço*, é um filme de ficção que mostra exatamente isso: o que vai ocorrer posteriormente à chegada da raça humana à Lua ou a Marte, com a gana, depois de ter destruído a Terra?

Presidente, na verdade, esse texto expressa muito bem este momento político e a preocupação de Luís Fernando Veríssimo. Não é possível que Eduardo Cunha continue tendo a liberdade de fazer o que quer, manipulando o Congresso Nacional, sem que seja cassado, esperando com isso contribuir para que o sistema político brasileiro, para aqueles que não aceitam a derrota, que é o caso do PSDB, continue como está. Mas isso tem duas razões de ser. Vou citá-las rapidamente, nos 10 minutos que me restam. Ontem, à noite, por 33 a 31 votos, o Senado manteve a entrega acelerada do pré-sal. O senador Requião, do PMDB, pergunta: “O Brasil perdeu a maioria no Senado para as multinacionais do petróleo?”. A Operação Lava Jato, longe de querer apenas ou fundamentalmente combater a corrupção, porque só investiga a Petrobras e o PT, não investiga o resto, tem, evidentemente, um objetivo, que José Serra, Aécio Neves e os senadores do PSDB, agora colocam claramente para o Brasil, que é a entrega da Petrobras ao capital financeiro internacional. Assim como foi feito no México.

É preciso reagir contra isso porque ontem, por 33 a 31, o regime de urgência ganhou no Senado para a venda da Petrobras, para a entrega do nosso petróleo.

Requião citou seis motivos para opor-se ao projeto entreguista do Serra, que, a olhos vistos, só anda dentro do Senado porque os lobistas da Shell, das petroleiras norte-americanas vivem fazendo *lobby* ali, fato que a imprensa teima em não denunciar. Esse *lobby* vai fazer ao Brasil um mal muito grande se vingar, o *lobby* das petroleiras, das petrolíferas mundiais, especialmente as norte-americanas.

Requião diz o seguinte: “1º – Este é o pior momento para vender-se uma grande reserva de petróleo extraído a baixo custo. 2º – Sem o pré-sal a Petrobras entraria em falência. 3º – A Petrobras é fundamental para a segurança estratégica do Brasil”.

Faço um parêntese: os minérios também eram. O que acontece em Mariana é uma denúncia explícita da natureza ao acontecido com a mineração no Brasil, em que os interesses do capital, da Vale, da BHP Billiton, das grandes mineradoras do

mundo sobressaem e se sobrepõem à necessidade estratégica, à segurança ambiental e à segurança das pessoas. Ontem a Polícia Civil indiciou sete pessoas pedindo a prisão delas. Na verdade, indiciou a Samarco, porque a ganância do lucro fez com que a barragem explodisse. Isso ficou muito claro ontem, pela ganância da produção e do lucro num sistema de privatária que ocorreu no setor minerário, em que a Vale foi vendida ou entregue a preço de banana. Querem fazer isso – Requião lembra bem – com a Petrobras.

“4º – O desemprego avança no País. A Petrobras e suas operações no pré-sal são de extrema importância para a retomada do desenvolvimento e para combater o desemprego. 5º – A Petrobras e o Brasil devem reservar-se ao direito de propriedade, exploração e de conteúdo nacional sobre o pré-sal, porque foram conquistas exclusivamente brasileiras após décadas de pesado esforço tecnológico, político e humano.”

Isso somente poderia ter sido feito numa estatal, aquilo que a Vale não fez, por exemplo, dentro da Samarco, do setor minerário brasileiro, porque só quer o lucro, a exportação de produtos para fora apenas para aumentar o lucro, não pensando na estratégia brasileira.

“6º – O projeto de Serra, que já era inconveniente e antinacional, com os baixos preços do petróleo passou a ser lesivo, um crime contra a Pátria.”

Requião, no discurso, estranhou a pressa para aprovar o projeto de Serra num momento em que alguns países praticam o *dumping* de petróleo, numa guerra geopolítica. Fez a seguinte comparação: é como vender a própria casa a preço baixo com a garantia de que nossa mãe será mantida no cargo de cozinheira. É exatamente isso que o PSDB quer fazer com o petróleo brasileiro. O senador também observou que o projeto de Serra está sendo tocado às pressas, sem passar por comissões, enquanto lobistas – o senador diz isso porque vê o que está acontecendo lá – frequentam os gabinetes em nome de multinacionais como a Shell e a British Petroleum.

Esse é o quadro do que acontece no Brasil: tentam desmoralizar um governo eleito democraticamente, que é contra o entreguismo, apagando e blindando toda a oposição, centrando em outro assunto, mas mirando no entreguismo, que o neoliberalismo no Brasil sempre quis fazer. Por que têm pressa? Pergunto, presidente: por que o senador Aécio Neves, derrotado em Minas, derrotado no Brasil, não espera as próximas eleições, como seria normal e natural? Por que não acata o resultado democrático das urnas?

Primeiro, porque, como mau udenista que é, em vez de seguir o avô Tancredo Neves, preferiu seguir o seu pai, que foi da velha UDN. Prefere, portanto, o golpismo, como sempre preferiu a UDN. Aliás, tentaram o golpe contra Getúlio Vargas, que acabou suicidando-se. Depois, foi o caso de Juscelino Kubitschek, que sofreu nas mãos deles, sempre com os mesmos argumentos, sempre com os mesmos lá-lá-lás, blá-blá-blás, sempre a mesma coisa. Depois com Jango, e aí, veio o regime militar. Sempre que um governo popular se coloca no Brasil, vêm as forças da direita e as forças udenistas para derrubar o governo e não permitir que o Brasil continue no caminho da divisão de renda e de justiça social. Os ricos e as elites pulam na frente, e eles são poderosos porque têm instrumentos poderosos, como a grande mídia, como diz o Paulo Henrique Amorim, o Partido da Imprensa Golpista, o PIG.

Aliás, esse aparece logo para se colocar como arauto da moralidade. Porém, não investigam o triplex dos Marinho, construído em praia pública, mas falam de um triplex que nem é do Lula, na praia de Guarujá. Sabem do que eles têm raiva? Da figura do Lula carregando uma caixa de isopor, mostrando como o brasileiro vai à praia. Isso enoja as elites. As elites pensam: “Nós, comandados por um peão, um operário, um trabalhador, um pobre! Nós, tão bonitos, brancos, chiques, somos governador por isso? Essa peãozada não pode mandar no Brasil”. Esse é o ódio que as elites têm. Esse é o ódio que é expresso. Quando alguns deputados falam aqui, vejo a cara de ódio. Eles têm ódio não é do PT, mas do que o PT representa. Alguns querem fechar o PT. É impressionante! “Vamos fechar o PT!” Que ódio, que falta de democracia! O senador Aécio não aceita, até hoje, o resultado da derrota eleitoral.



Por que essa pressa? É o terceiro e último assunto. É porque o projeto deles é um fiasco, um fracasso. Agora conseguiram, com as mesmas artimanhas que fazem aqui, com a mesma imprensa golpista, ganhar na Argentina, com o presidente Macri. Presidente Hely Tarquínio, a Argentina já está um caos com o modelo que está sendo implementado pelo neoliberalismo. Recentemente liderados por Fito Paez, um grande artista argentino, os artistas argentinos se reuniram num festival para protestar contra Macri. Milhares de pessoas nas ruas da Argentina foram reprimidas. Por quê? Demissões em massa de servidores públicos.

Servidores públicos mineiros e brasileiros, o momento não é fácil, mas imaginem se o senador Aécio Neves e o PSDB tivessem ganhado no Brasil e em Minas! O que teria acontecido em termos de cortes realmente na máquina pública, se não seria na carne dos servidores públicos? É evidente que seria. É o que o Macri tem feito na Argentina: demissões em massa; milhares e milhares de servidores públicos demitidos. E é o que eles pedem que se faça aqui e que o governador Pimentel não fará.

Mais do que isso, passaram a perseguir os movimentos sociais, a tal ponto que o cantor Chico Buarque, outro dia, foi ofendido por coxinhas nas ruas do Rio de Janeiro – aliás, vamos dar o título de cidadão honorário ao Chico Buarque, já conversei com o governador Pimentel para homenageá-lo. O Chico Buarque teve que ir à Argentina, porque a situação lá está grave, e assinou uma carta aberta dirigida ao presidente e ao prefeito da capital daquele país pedindo a demissão do ministro da Cultura da Argentina. Pode-se pensar: o que o Chico tem com isso? Por que assinou essa carta? Eu também assinei e vários estão assinando. Sabem por que isso está acontecendo? Simplesmente porque os neoliberais argentinos afirmaram agora que os 30 mil desaparecidos da ditadura na Argentina é uma mentira. Agora, querem retomar as glórias do período do regime militar, como já existe aqui também, no Brasil, aqueles que proclamam e pedem ditadura militar de volta. E falam isso livremente. Alguns até vêm à Assembleia Legislativa colocar faixas pedindo a volta do regime militar, presidente.

Eu não poderia me calar diante disso. As ofensas que recebemos têm, portanto, este endereço certo: voltar o neoliberalismo, privatizar as nossas empresas e nos aprofundar em um regime de exceção antidemocrático, o que não permitiremos.

A presidente Dilma foi eleita e vai permanecer no cargo. E nós vamos fazer uma discussão, um debate político em 2018, e o candidato nosso será o presidente Lula, queira a direita ou não. As regras democráticas têm de ser respeitadas.

Questões de Ordem

O deputado Rogério Correia – Presidente, havendo só três parlamentares no Plenário, peço a V. Exa. que encerre a reunião.

O presidente – Caí em uma situação ambivalente, que eu tenho de explicar aos dois lados. Olhem bem a palavra: ambivalente. Colocaremos em votação o parecer de redação final do projeto. Além disso, o deputado Gustavo Corrêa solicitou, na forma regimental, a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. Eu fixaria o tempo em 20 minutos.

O deputado Rogério Correia – Presidente, eu não sabia que o deputado estava inscrito e, por isso, pedi o encerramento. Mas é claro que respeito a fala do deputado, e nós votamos em seguida, sem problema. Eu retiro o meu pedido de encerramento da reunião.

O presidente – Então V. Exa. concorda?

O deputado Rogério Correia – Com certeza.

O presidente – Então nós vamos aprovar e passo a palavra ao deputado.

Discussão e Votação de Pareceres

– A seguir, é submetido a discussão e votação e aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.173/2016 (À sanção.).

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Corrêa em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 20 minutos. Com a palavra, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa – Bom dia, senhores e senhoras. Eu gostaria inicialmente de agradecer ao presidente Hely Tarquínio o deferimento da solicitação deste deputado para falar pelo art. 70. Quero também agradecer ao deputado Rogério Correia, que, de forma democrática, permitiu que este parlamentar subisse à tribuna, sobretudo porque faltava quórum neste momento para votação e para a continuidade dos nossos trabalhos.

Presidente Hely Tarquínio, não pretendo utilizar todo o tempo que me foi concedido por V. Exa.

Eu ouvi aqui atentamente as ponderações do nobre parlamentar que me antecedeu. Em um primeiro momento, foi feita a leitura de um artigo do escritor e jornalista Luís Fernando Veríssimo, no jornal *O Globo*; depois foram citadas algumas falas de eminente senador Roberto Requião, do PMDB, partido que começa a dar demonstração de preocupação, mas sobretudo de respeito para com os brasileiros e para com os mineiros. O PMDB começa a dar demonstração de que irá abandonar a base governista tanto no âmbito federal quanto no estadual, por não concordar com a forma como a presidente da República e o governador do Estado vêm dirigindo respectivamente a Federação e o nosso Estado.

Mas eu fico extremamente preocupado e perplexo quando vejo que existem ainda pessoas que não conseguem enxergar a realidade. Os índices de aprovação da presidente da República, da Sra. Dilma, têm batido os piores records, situação jamais vista na história da nossa república.

Hoje a presidenta da República não tem dois dígitos de aprovação em seu governo. Quando percebemos que durante a propaganda eleitoral de determinado partido político a população se mobiliza em todos os estados da Federação e se manifesta de forma espontânea contrariamente àquelas colocações, é sinal de que algo não vem caminhando da forma que a população brasileira espera.

O que ocorreu, deputado Luiz Humberto Carneiro, é que a presidenta da República se utilizou dos piores mecanismos para ser reeleita. A presidenta da República foi aos debates e, durante a campanha nas cidades em que visitou, fazia questão de afirmar e mostrar sempre que o Brasil caminhava num mar de rosas, que a economia ia muito bem, que o País não tinha desemprego, que não tínhamos altos índices de violência, que a saúde andava melhor ainda e que o Brasil vivia no país das maravilhas. País que era impulsionado, num primeiro momento, pela maior empresa brasileira, orgulho e referência, que era a Petrobras. Só que o partido da presidenta da República – e agora a Justiça vem demonstrando – se utilizou daquela empresa para obter recursos para abastecer suas campanhas eleitorais e para abastecer o custeio da vida de determinados companheiros.

E um último exemplo, deputado Tito Torres, V. Exa. que compõe a Comissão de Fiscalização desta Casa, podemos ver que as coisas não caminham bem em nosso país, e é fundamental que as pessoas tenham convicção de que isso é algo que realmente vem acontecendo.

Na manhã de hoje, deputado Hely Tarquínio, a agência Moody's de classificação, que mede e recomenda os graus de investimento nos países e ainda era a única agência que não havia retirado o Brasil da classificação em que se encontrava, acabou de recomendar que nenhum investidor faça investimentos em nosso país. Será que é o capitalismo que tem imposto essas classificações? Será que as pessoas não veem que hoje o Estado deve ter foco em suas ações em saúde, educação e segurança pública? Que a população não aguenta mais ver empresas estatais abarrotadas de companheiros políticos, em sua grande maioria de derrotados? Ouvir que privatizar a Vale foi um equívoco? Dizer que o rompimento de barragem é fruto do capitalismo? Não é verdade.

Não aguentamos mais, deputado Luiz Humberto Carneiro, é ver o País, a máquina pública inchada de companheiros políticos. Ninguém aqui tem ódio do ex-presidente Lula. Hoje o ódio que temos é de saber, deputado Dilzon Melo, que um cidadão que pregava defender o interesse dos trabalhadores – e aqueles que conhecem a história do presidente Lula sabem



muito bem que, a cada conquista que alcançava, ele prejudicava milhares e milhares de trabalhadores, que estava à frente de determinados sindicatos para benefício próprio, em função de um projeto político próprio. Prova disso é que disputou inúmeras eleições sendo derrotado, e só desistiu no dia em que foi vitorioso. Coincidentemente, vitorioso através de uma ação de *marketing*. Como pode um líder sindical, um trabalhador, um metalúrgico, que dizem que nunca trabalhou, rapidamente e repentinamente mudar totalmente sua forma de pensar e de agir em função de orientações de marqueteiros? Hoje, esses marqueteiros encontram-se presos pela Operação Lava Jato.

E a Polícia Federal acabou de divulgar, neste momento, deputado Dilzon Melo, que, no período de julho, agosto e setembro de 2014, coincidentemente período eleitoral, o Sr. João Santana recebeu recursos, não declarados, no exterior. Será que a nossa raiva é contra a pessoa do presidente? Não. A nossa raiva e a de todos os brasileiros é saber que foram iludidos, enganados. Sabemos muito bem reconhecer as vitórias e as derrotas, desde que sejam de forma correta, limpa e transparente.

Todos sabemos que a presidente da República, assim como o governador do Estado de Minas Gerais mentiram e iludiram os seus eleitores, prometeram que fariam coisas que não têm feito. O governador prometeu pagar o piso salarial, o que não tem feito; prometeu que não aumentaria os impostos, e fez exatamente o contrário: o ICMS aumentou, assim como a energia elétrica. A nossa indignação é por isto: saber que fomos iludidos, que fomos enganados. E, quando esperamos que tomem as medidas necessárias, não o fazem.

O governador vai à imprensa e diz que encaminhará a esta Casa, nos próximos dias, uma reforma administrativa. Eu desafiei o nosso governador, pois tenho a certeza de que essa reforma vai demorar – e muito – a chegar a esta Casa. Se o governador resolver fazer a reforma administrativa, terá de cortar cargos, desalojar companheiros políticos, e o que ocorrerá? Ele perderá a sua maioria nesta Casa e não terá condições de aprovar seus projetos. Então, o governador não fará os cortes que a população deseja. O que o governo tem feito é prejudicar o cidadão que não tem culpa, que foi iludido e nele votou; o cidadão que acreditou naquelas promessas eleitorais de que já estamos cansados. Este sim será prejudicado. Este sim terá cortados os investimentos na saúde. A população não terá a Polícia Militar nas ruas porque o governador vai cortar R\$400.000.000,00 de seu custeio. Como os carros vão trafegar? Fica parecendo que o governador está com medo da polícia. Será que o governador tem dormido de forma tranquila, pelo que acompanhamos por meio dos órgãos de imprensa?

A indignação da população é saber que foi iludida, que foi enganada. Tenho o maior respeito por todos os parlamentares que compõem esta Casa e participam das nossas reuniões, mas ouvir que determinados partidos pretendem dar um golpe? Isso é uma farsa; ninguém aqui quer dar golpe não. Dizer que a UDN fez isso, fez aquilo, não. Vamos olhar para a frente; vamos construir as coisas que a população deseja e espera. Os partidos de oposição procuraram o presidente do Senado, Renan Calheiros, e propuseram uma agenda positiva para o nosso país. Mas o partido da presidente da República não tem interesse.

A respeito de financiamento de campanha, é claro que não interessa ao Partido dos Trabalhadores o financiamento privado porque ele já achacou todas as empresas, retirou-lhes todo o dinheiro.

Meus amigos e minhas amigas, a nossa indignação é essa. Os cofres do Partido dos Trabalhadores estão cheios. E tenho certeza, deputado Antônio Carlos Arantes, de que o PT, em Minas Gerais, não vai ter dificuldade para pagar a multa que o TRE lhe aplicou, porque está comprovado que houve caixa dois na campanha do atual governador. Isso é crime e deve ser penalizado.

Também causa perplexidade a este parlamentar ouvir que a Justiça não pune os outros partidos, apenas o Partido dos Trabalhadores; ouvir que o PT é perseguido. A Justiça não tem dois lados, ela é correta. A Justiça já penalizou inúmeros parlamentares e políticos que compõem o partido ao qual pertencço e que defendo. Só que o meu partido e os partidos de oposição tomam as medidas necessárias e pregam sempre que as apurações devem ser realizadas. Não ficamos tentando tapar o sol com a peneira. As provas que têm sido noticiadas na imprensa são concretas. O que não concordamos é saber que determinados companheiros políticos achacaram as empresas e que, para obter contratos públicos, impuseram uma séria de obrigações a elas, não de execução de obras, mas obrigações financeiras, de repasse de recursos. Estamos cansados, e é por www.almg.gov.br Página 25 de 32



isso que a população tem ido às ruas. Ninguém aqui tem ódio, não. Eu disse que faz parte do processo democrático vencer ou perder, desde que o jogo seja limpo. O que nós e a população não aceitamos é exatamente isto: ganhar as eleições de forma mentirosa, iludindo os eleitores.

Venho aqui, meus amigos e minhas amigas, externar a minha indignação e a minha perplexidade. Tenho certeza de que, no próximo dia 13 de março, os mineiros e brasileiros irão às ruas. Vão mostrar que os índices de popularidade da presidente da República são verdadeiros e que nós ficamos decepcionados. Eu não, porque durante a campanha alertei, pois sabia que aquilo não poderia ser implementado, mas uma pequena maioria acreditou e é ela que hoje está indignada, revoltada.

Quero externar a minha preocupação. O Brasil vive um momento preocupante. A economia do País não vai bem. Dizer que é reflexo de outros países não é desculpa. O que queremos ver são ações concretas. Queremos ver um plano econômico verdadeiro. Queremos ver os investidores chegando ao País, para, aí sim, gerarem empregos. Mas não vamos aceitar que o governo fique de braços cruzados e não tome as medidas que a população espera.

Em Minas Gerais tem ocorrido a mesma coisa. A oposição tem repetido sistematicamente desta tribuna que, se este governo não cortar gastos com a máquina pública, as contas do Estado jamais ficarão equilibradas. O governador teve condições de terminar o exercício de 2015 porque teve uma folha de pagamento já paga pelo governo que o antecedeu. Meteu a mão, com o confisco dos depósitos judiciais, e mesmo assim ainda apresentou um déficit de R\$8.000.000.000,00. O que você esperaria neste momento? Que se cortasse, que se diminuísse a máquina pública. Não, o governo faz diferente. O governo continua nomeando companheiros políticos. O governo continua inchando a máquina pública com cargos comissionados. Por outro lado, lança ações e medidas que fazem corte no custeio da máquina pública.

O que eu quero dizer com isso? O cidadão que já não aguenta mais pagar impostos, que paga seus impostos, que tem direito a reivindicar saúde, educação e segurança pública, não vai ter. Vai pagar seus impostos e não vai ter a contrapartida. Por outro lado, o governador não corta os cargos que esperamos e desejamos. Governador, a oposição está aqui para contribuir. Nosso papel é fiscalizar todas as suas ações e seus compromissos assumidos durante a campanha. Corte, governador, o número de secretarias, corte o número de cargos comissionados. Aí, sim, veremos que V. Exa. começa a se preocupar com a máquina pública. Passaram-se um ano e três meses, e V. Exa. tem prometido que irá encaminhar uma reforma administrativa a esta Casa, e isso não tem acontecido. Estamos cansados de balela. Queremos ver ações.

Eu acompanhava no *Minas Gerais* o detalhamento das áreas que terão cortes em 2016. Na saúde o corte será algo em torno de R\$156.000.000,00 de custeio. Se você está cortando, é porque não tem dinheiro. Por outro lado, mostrando a incoerência deste governo, o jornal lista uma série de convênios em municípios mineiros, sobretudo, governador, pela base petista, de novos investimentos. O governador tem preterido, não tem priorizado. Então, o que pretendemos, e assim o faremos nestes anos que nos restam, é fiscalizar, governador, e cobrar todos os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral. Já estamos indignados. Agradeço a V. Exa., presidente.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 29 de fevereiro de 2016, destinada a comemorar o Dia da Sukyo Mahikari.

Palácio da Inconfidência, 26 de fevereiro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Inácio Franco, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/2/2016, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de debater, em audiência pública, a transferência interestadual de resíduos químicos, oriundos da baixada santista, no Estado de São Paulo, produzidos pela fábrica Rhodia, em Cubatão, entre as décadas de 1960 e 1990, para serem incinerados no Município de Sarzedo.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2016.

Cássio Soares, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA O 1º TURNO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16/2015****Comissão Especial****Relatório**

Subscrita por um terço dos membros desta Casa, a proposta de emenda à Constituição em epígrafe objetiva alterar o disposto no §1º do art. 60 da Constituição do Estado.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 13/2/2015, a proposição foi distribuída a esta Comissão Especial para receber parecer, nos termos do disposto na alínea "a" do inciso I do art. 111 do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em tela altera o disposto no § 1º do art. 60 da Constituição do Estado, visando assegurar, na composição da Mesa da Assembleia Legislativa, no mínimo uma vaga para cada sexo.

Segundo a justificativa apresentada pelos autores da proposição, a "sub-representação das mulheres brasileiras na política é uma inconsistência profunda da democracia representativa.". Com base em *ranking* organizado em 2014 pela *Inter-Parliamentary Union*, "o Brasil ocupa o 131º lugar na representação de mulheres no parlamento, atrás de muitos países árabes, como Arábia Saudita (76º), Iraque (53º), Marrocos (89º), entre outros. É o país em pior posição entre todos os países da América do Sul.". Além disso, registram os autores que, "apesar de o número de candidatas ter aumentando 46,5% nas eleições de 2014, o número de mulheres eleitas ainda é muito baixo. Na Câmara Federal, entre 513 deputados federais eleitos em 2014, apenas 51 são mulheres".



Historicamente, as mulheres sofreram inúmeros processos de desvalorização diante da cultura, da religião e da política. Pensar em caminhos para resguardar sua participação nas decisões importantes da sociedade e, sobretudo, alargar seus instrumentos de mobilização do poder instituído, tradicionalmente ocupado por representantes do sexo masculino, é atitude urgente que faz eco com os movimentos populares em busca de reformas na política brasileira.

A título de ilustração, convém recordar tratar-se a matéria de um importante clamor de justiça enraizado na história de exclusão e preconceito construída na sociedade ocidental como um todo, e na brasileira, de modo específico. Na Grécia clássica, apenas os homens poderiam ser chamados cidadãos, e estava resguardado apenas a eles o direito de voto nas assembleias populares. Durante o período medieval, as mulheres que se destacassem do padrão cultural e religioso estabelecido pela Igreja eram perseguidas e condenadas, padeceram assim milhares de pessoas em toda a Europa e também nas Américas.

Com a publicação da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, na França revolucionária de 1789, homens e mulheres recebiam direitos semelhantes, porém, com funções sociais distintas.

No Brasil Império, apenas uma mulher exerceu o direito de votar: a Dra. Isabel de Matto Dellom, que apelou para a Lei Saraiva, que dava aos detentores de títulos científicos o direito de voto.

Na Constituinte Republicana de 1890, foi apresentada emenda concedendo direito de voto à mulher, a qual, contudo, foi rejeitada, sob o argumento de não existir um movimento feminino para acompanhar os debates. E após importantes reivindicações feministas, em 1932, o Presidente Getúlio Vargas promulgou o Código Eleitoral, o qual garantia às mulheres o direito de sufrágio.

O relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil realizado em 1996 revelou que ocuparam a Câmara Federal, entre as décadas de 50 e 70, apenas sete mulheres. Em 1982, oito mulheres foram eleitas para a Câmara de Deputados, e nas Assembleias Legislativas aumentou para 28 o contingente feminino. Entre 1993 e 1996, foram eleitas 3.839 mulheres, em 4.972 municípios. Esses números, apesar de demonstrarem um avanço, estão muito aquém do ideal, ainda mais se comparados ao percentual da população e do eleitorado que as mulheres representam.

Tendo em vista a luta histórica das mulheres que, com todos os sacrifícios registrados, sempre buscaram se inserir no contexto das decisões políticas e sociais do País, julgamos oportuno assegurar a presença feminina na Mesa da Casa, como reconhecimento de sua capacidade no processo de harmonização dos interesses políticos.

No que concerne à iniciativa, a proposta de emenda apresentada pelos parlamentares compatibiliza-se com o disposto no inciso I do art. 64 da Constituição do Estado. Além disso, a matéria constante na proposta não foi rejeitada nem havida por prejudicada na sessão legislativa vigente, atendendo, assim, ao disposto no § 5º do art. 64 da Constituição do Estado.

Ademais, afere-se que o conteúdo da proposta de emenda não objetiva abolir ou suprimir as cláusulas pétreas contidas no § 4º do art. 60 da Constituição da República.

A redação vigente do § 1º do art. 60 da Constituição do Estado estipula: “Na constituição da Mesa e na de cada comissão é assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional dos partidos políticos ou dos blocos parlamentares representados na Assembleia Legislativa.”.

A proposta de emenda à Constituição em exame objetiva alterar o dispositivo em referência para possibilitar, na composição da Mesa da Assembleia Legislativa, no mínimo uma vaga para cada sexo, assegurando-se, assim, a possibilidade de a mulher compor o órgão diretivo e representativo da Assembleia Mineira.

Similarmente à proposta apresentada a esta Casa Legislativa, tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição nº 590/2006, de autoria da deputada Luíza Erundina, que objetiva alterar o disposto no § 1º do art. 58 da Constituição da República. Pretende-se, com a proposta apresentada no plano federal, acrescer à representação proporcional dos partidos políticos a representação proporcional dos sexos tanto na composição das mesas diretoras quanto na das comissões permanentes e temporárias. Eis o texto da proposta que tramita no Congresso Nacional:



“Art. 58 – (...)

§ 1º – Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da respectiva Casa, bem como a representação proporcional de cada sexo dos integrantes da respectiva Casa, assegurando, ao menos, uma vaga para cada sexo”.

A proposta que tramita nesta Casa Legislativa guarda sintonia com aquela apresentada no Congresso Nacional, atendendo, dessa maneira, ao objetivo apresentado na justificação da proposição, que é o de “adequar a Constituição Estadual ao esforço das sociedades mineira e brasileira de contribuir com formas mais equânimes no exercício dos mandatos legislativos entre homens e mulheres e na valorização da participação das últimas na política”.

A partir de pesquisa realizada nas casas legislativas das unidades federativas, encontramos na Constituição do Estado do Maranhão dispositivo que simboliza a ideia constante na proposta de emenda à Constituição em causa. Trata-se do disposto no § 1º do art. 32 da referida Constituição, segundo o qual “na constituição da Mesa Diretora da Assembleia e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da respectiva Casa, bem como a representação proporcional de cada sexo dos integrantes da Casa, assegurando, ao menos, uma vaga para cada sexo” (redação conferida pela Emenda à Constituição nº 62, de 22 de dezembro de 2010).

A propósito, com o fim de diminuir a diferença entre homens e mulheres na participação do poder político, a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, determina, nos termos do § 3º do art. 10, com a redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009, que cada partido político ou coligação, quando do registro das candidaturas para vagas na Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, deverá preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

Não há dúvidas de que a proposta em análise busca promover o equilíbrio entre homens e mulheres no exercício do poder político, ou, pelo menos, conceder a possibilidade de as mulheres exercerem mais ativamente os mecanismos de exercício do poder político.

A ideia que respalda a proposição em referência não se restringe apenas ao dispositivo constitucional segundo o qual homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (inciso I do art. 5º da Constituição da República) – nem apenas no que assevera que é proibida a diferenciação salarial, exercício de funções e critérios de admissão entre os gêneros (inciso XXX do art. 7º da Constituição da República) –, fundamentando-se, também, no princípio da isonomia material, de modo que, ainda que proíba a discriminação em função do sexo (igualdade formal), o Constituinte procurou estabelecer diferenciações entre os gêneros em situações em que materialmente as mulheres encontram-se em situação de desigualdade em relação aos homens.

Nesse ponto, percebemos que a Constituição da República concede tratamento diferenciado às mulheres nas seguintes situações: licença às gestantes (inciso XVIII do art. 7º); proteção ao mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos próprios (inciso XX do art. 7º); tempo de contribuição menor para a obtenção da aposentadoria por tempo de serviço/contribuição (alíneas “a” e “b” do inciso III do art. 40 e incisos I e II do § 7º do art. 201).

Com o propósito de adequar o conteúdo da proposição ao objetivo pretendido e por razões de técnica legislativa, apresentamos ao final deste o Substitutivo nº 1.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2015 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Dá nova redação ao § 1º do art. 60 da Constituição do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:



Art. 1º – O § 1º do art. 60 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 60 – (...)

§ 1º – Na constituição da Mesa e na de cada comissão é assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional dos partidos políticos, ou dos blocos parlamentares, representados na Assembleia Legislativa, garantindo-se no caso da Mesa, pelo menos uma vaga para cada sexo, na forma de regulamento.”.

Art. 2º – Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2016.

Gil Pereira, presidente – Fábio Cherem, relator – Celise Laviola – Marília Campos.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 308/2004 que altera os arts. 21, 32 e 144, da Constituição Federal, para a criação das polícias penitenciárias federal e estadual (Requerimento nº 656/2015, do deputado Léo Portela);

de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 308/2004, que altera os arts. 21, 32 e 144 da Constituição Federal, para a criação das polícias penitenciárias federal e estadual (Requerimento nº 657/2015, do deputado Léo Portela);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 43º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 27/10/2015, em Alpercata, que resultou na apreensão de armas de fogo e munição (Requerimento nº 2.831/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 7º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 28/10/2015, em Pompéu, que resultou na apreensão de armas de fogo, drogas, veículo e na detenção de três pessoas (Requerimento nº 2.832/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 5ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 28/10/2015, em Itaúna, que resultou na apreensão de dois menores e de drogas, pinos vazios, material para refino de droga e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 2.833/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 5º Batalhão de Polícia Militar e no Batalhão de Radiopatrulhamento Aéreo da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 28/10/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de armas de fogo e na prisão de um homem (Requerimento nº 2.834/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 4º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 1º/11/2015, em Uberaba, que resultou na apreensão de armas de fogo e motocicletas roubadas e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 2.844/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 41º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 3/11/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de um menor, armas, réplicas de armas de fogo e munição e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 2.845/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 54º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 31/10/2015, em Ituiutaba, que resultou na apreensão de drogas, ácido bórico, balanças de precisão e quantia em dinheiro e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 2.846/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 63º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 2/11/2015, em Formiga, que resultou na apreensão de seis menores, réplica de arma de fogo, drogas, quantia em dinheiro, material para embalar drogas e aparelhos celulares (Requerimento nº 2.847/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 50º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 1º/11/2015, em Montes Claros, que resultou na apreensão de dois menores, uma arma de fogo e uma moto furtada e na detenção de três pessoas (Requerimento nº 2.868/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 19ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 4/11/2015, em Pará de Minas, que resultou na apreensão de drogas, quantia em dinheiro e uma moto e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 2.884/2015, do deputado Cabo Júlio);

de apoio para que seja aprovado o marco regulatório da mineração em tramitação nessa Casa, observando as reivindicações das entidades ambientais e sociais (Requerimento nº 3.437/2015, da Comissão de Participação Popular);

de aplauso à Sra. Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt por ter sido a primeira brasileira eleita pela Assembleia-Geral da ONU para o cargo de juíza do Tribunal de Apelação do Sistema de Justiça Interna das Nações Unidas – Unat (Requerimento nº 3.515/2015, do deputado Fábio Cherem);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 35ª e na 285ª Companhias da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 30/11/2015, em Ubá, em que prestaram socorro a moradores durante alagamento (Requerimento nº 3.594/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares e civis que menciona, pela atuação nas ocorrências, em 3/12/2015, em Governador Valadares, Teófilo Ottoni, Guarapari (ES) e Vila Velha (ES), que resultaram na apreensão de um menor, além de drogas, armas de fogo, munição, veículos e celulares e na prisão de 18 pessoas (Requerimento nº 3.595/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Sra. Andréa Cláudia Vacchiano por ter sido a primeira mulher a assumir a Chefia da Polícia Civil (Requerimento nº 3.628/2015, do deputado Noraldino Júnior).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 22/2/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Samuel Martins de Menezes, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Maria Pinheiro.

TERMO DE CONTRATO Nº 2/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Fundação Dom Cabral. Objeto: serviço especializado de planejamento, customização e execução do Programa de Desenvolvimento Gerencial da ALMG. Vigência: 18 meses. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 140/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Interact Solutions Ltda. Objeto: serviços de suporte e atualização de versão para uma licença do *software* Interact SA-Performance Manager Server, serviços de suporte e atualização de versão para dez licenças do *software* Interact SA-Performance Manager Client e quinhentas horas de serviços técnicos para *software* interact SA-Performance Manager. Objeto do aditamento: terceira prorrogação parcial (somente dos serviços descritos nas subcláusulas 1.1.3, 1.1.4 e 1.1.5 do contrato), com reajuste de preços. Vigência: doze meses, de 19/3/2016 a 18/3/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 14/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de condução de veículos automotores. Objeto do aditamento: terceira prorrogação, sem reajuste de preço. Vigência: doze meses, com termo inicial em 2/6/2016 e final em 1º/6/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 15/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: WMW Sistemas de Vídeo Ltda. Objeto: prestação de serviços de suporte técnico-operacional e assistência técnica a equipamentos profissionais de áudio e vídeo e a sistemas de radiodifusão, com fornecimento de peças, componentes e materiais necessários aos reparos. Objeto do aditamento: segunda prorrogação, com reajuste de preço pelo índice INPC (IBGE). Vigência: doze meses, de 15/4/2016 a 14/4/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 1/2016

Primeiro partícipe: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo partícipe: Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais do Estado de Minas Gerais – Seccri. Objeto: estabelecimento de termos e condições e intercâmbio tecnológico para viabilizar a integração entre as bases de dados de sistemas de informação da Seccri e da ALMG, especialmente no que se refere ao processo legislativo, visando aprimorar as relações entre esses Poderes. Vigência: 2 anos, a partir da publicação.

**ERRATA****PROJETO DE LEI Nº 3.280/2016**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 26/2/2016, na pág. 3, no despacho, onde se lê:

“art. 188”, leia-se:

“art. 193”.